

Cristianismo e Marxismo no Brasil

MARIA JOSÉ CASTELANO¹

O texto que segue está ainda em processo de elaboração e será substituído para publicação nos ANAIS do Simpósio.

Consultamos uma vasta bibliografia disponível que permite analisar a presença da Igreja Católica no Brasil. Essa literatura evidencia que a Igreja Católica brasileira tradicionalmente aliou-se aos setores mais conservadores da sociedade brasileira, inclusive com apoio ao golpe de 1964 no século passado. Entretanto, como corpo institucional transpassado por contradições, temos o surgimento junto a setores da Igreja, na década de 1960, de um movimento teológico que ficou conhecido como **Teologia da Libertação**, que buscava aproximar a Igreja latino-americana às realidades das populações trabalhadoras dos países dessa parte do continente americana partir de análises sociológicas e econômicas que buscavam decifrar a dependência.

Segundo avaliação de Boff :

a Teologia da Libertação tinha seu surgimento a partir da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) se firmando após a Conferência Geral do Episcopado Latino- Americano (1968), realizado na Colômbia, neste concílio a Teologia da Libertação foi caracterizada como a ideologia cristã apropriada para a realidade latino-americana da época fazendo que parte dos sacerdotes e bispos se aproximasse dos trabalhadores urbanos e rurais em um programa de assistência e de conscientização, assim, foram criadas as bases que possibilitaram aos teólogos da época a afastarem-se de uma teologia eurocêntrica e passassem a realizar uma teologia a partir da realidade em que estavam inseridos. Em 1971, Gustavo Gutiérrez publica o livro “A Teologia da Libertação”, ao mesmo tempo batizava a nova teologia e criava as bases práticas desta. (BOFF, 2001)

Para o fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), esta Teologia, a da Libertação, teria sido erigida na América Latina sob uma perspectiva não europeia, ou seja, de uma perspectiva do colonizado, dos subalternos. Esta compreensão fica explícita na fala de D. Balduino²,

¹ PUC-SP/UNIOESTE, campus de Mal. Cândido Rondon –PR, Bolsista CNPq.

² Dom Tomás Balduino, bispo emérito da cidade de Goiás (GO) e fundador da Comissão Pastoral da Terra. Fez o Seminário Menor – Escola Apostólica Dominicana – em Juiz de Fora, MG. Fez os estudos secundários no Colégio Diocesano, dirigido pelos irmãos maristas, em Uberaba. Cursou filosofia em São Paulo e Teologia em Saint

A gente não depende colonialisticamente do europeu. Foi um estímulo para ajudar no plano científico. Agora, nos conteúdos da América Latina, a meu ver, salvou o Concílio Vaticano II. Porque o Concílio foi uma abertura para o mundo. A verdadeira abertura evangélica para o mundo não é a abertura europeia, que é a abertura para os ricos. A verdadeira abertura “conciliar”, evangélica, é a abertura dos pobres, onde existe o mundo subversivo. Medellín foi o salvador do Vaticano II, a meu ver, porque abriu, de fato, a Igreja para os “sem-nada”. (LIMA, 2012, p. 04)

Com o mundo polarizado entre capitalistas e pós-capitalistas, com as transformações sociais complexas do modo de ser e viver da nova ordem mundial, do pós-Segunda Guerra, sobretudo no campo, com a diminuição dos camponeses e trabalhadores no meio rural a Igreja Católica se vê compelida a mudar suas estratégias de atuação.

Segundo Hobsbawm, “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século [século XX], e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a **morte do campesinato.**” (1997, p. 284, grifo nosso)

O autor chama a atenção que não apenas nos países industrializados “o fato realmente extraordinário foi o declínio da população agrícola em países cuja óbvia falta desse desenvolvimento as Nações Unidas tentavam disfarçar com uma variedade de eufemismos para as palavras ‘atrasado’ e ‘pobre’.” (HOBBSAWM, 1997, p. 285)

Em países como o Brasil, Colômbia, México e República Dominicana a porcentagem de camponeses se reduziu à metade em vinte anos. Assim já em 1970 não havia na América Latina –fora dos mini-Estados da tripa de terra centro-americana e do Haiti – um único país em que os camponeses não fossem minoria. (HOBBSAWM, 1997, p.285). Outra questão interessante é que com o processo de urbanização, a pressão pelo acesso ao ensino, inclusive, o superior aumentou.

Ao longo do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, há a ocorrência de várias revoluções, sobretudo no chamado Terceiro Mundo, mesmo com os partidos comunistas não

Maximin, na França, onde também fez mestrado em Teologia. Dom Tomás foi personagem fundamental no processo de criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Nas duas instituições Dom Tomás sempre teve atuação destacada, tendo sido presidente do CIMI, de 1980 a 1984 e presidente da CPT de 1999 a 2005. A Assembleia Geral da CPT, em 2005, o nomeou Conselheiro Permanente. (<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/16-cpt/2052-nota-de-falecimento-dom-tomas-balduino-fundador-da-cpt-fez-a-sua-pascoa>) Acesso em 04.03.2017

tendo muita força nestes processos de ruptura com o colonialismo e busca de superação do capitalismo. No entanto, conforme Hobsbawm

Essa instabilidade era igualmente evidente para os EUA, protetores do *status quo* global, que a identificavam com o comunismo soviético, ou pelo menos a encaravam como uma vantagem permanente e potencial para o outro lado na grande luta global pela supremacia. Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas, se necessário, sem apoio local. (1997, p. 422)

Mas, ainda segundo este autor,

quando a liderança soviética do movimento comunista internacional foi desafiada em 1960 pela China, em nome da revolução, para não falar das várias dissidências comunistas, os partidos moscovitas no terceiro Mundo mantiveram sua política escolhida, de estudada moderação. O inimigo nesses países não era o capitalismo, até onde existia, mas o pré-capitalismo, os interesses locais e o imperialismo que os apoiava (americano). O caminho não era a luta armada, mas uma ampla frente popular ou nacional da qual era aliada a burguesia ou pequena-burguesia "nacional". (1997, p. 424).

Críticos do PCB como Caio Prado já chamava a atenção para esta questão em sua "Revolução Brasileira". Contudo, conforme análise de Hobsbawm, mesmo com o Ocidente capitalista estabilizado e liberal, a esquerda liberal precisava mais que uma legislação de seguridade social e salários reais crescentes. No entanto, o Terceiro Mundo podia preservar seus ideais; e os partidos pertencentes à grande tradição do Iluminismo precisam de ideais, além de políticas práticas. (HOBSBAWM, 1997, p. 424)

Assim, as tarefas para a esquerda no Brasil eram maiores, pois aqui nem as ilusões iluministas puderam desabrochar e deixarem suas marcas, como analisa Chasin (1978, p. 198)

De que outro modo podemos explicar a verdadeira paixão por dar ajuda a países do terceiro Mundo em bastiões de progresso não revolucionário como os países escandinavos, países Baixo e o Conselho Mundial de Igrejas (protestantes), que era o equivalente, no final do século XX, ao apoio ao trabalho missionário no XIX? Em fins do século XX, esses ideais levaram liberais europeus a apoiar ou manter revolucionários e revoluções do Terceiro Mundo.

Foi neste contexto que a Igreja Católica incorporou modernizações mais significativas apenas em meados do século XX, com impactos profundos com a renovação teológica a partir das discussões propostas pelo papa João XXIII (1958-1963), cujas conferências resultaram no documento "Vaticano II" (1961). Bispos de todas as regiões foram chamados para discutir a atualização da Igreja. Entre as mudanças pensadas, a forma como transmitir a mensagem de Deus de modo mais compreensiva aos fiéis, o que tornou possível a realização de ritos como a missa em línguas vernáculas e não mais em latim, com o padre de costas para os fiéis. Tais mudanças, entre outras, vão modificar o modo como os católicos se relacionaram com a Igreja.

Neste sentido, ampla literatura mostra que Igreja Católica mudou suas táticas e sofreu inflexão de orientação em sua Doutrina Social após Segunda Guerra Mundial, sobretudo, com o Concílio Vaticano II (1961) e, posteriormente, com a Conferência de Medellín (1968). No contexto brasileiro, percebemos uma “cisão ideológica” em parte do clero católico – com a emergência de uma corrente mais à esquerda, que defendia uma Igreja mais próxima do povo com Dom Helder Câmara, e outra à direita, ligada a Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Vicente Scherer. Assim, “com a Igreja cindida”, funda-se a Ação Católica em 1949, os círculos operários (uma versão para o meio rural) e congregações Marianas no Paraná como táticas anticomunistas.

Neste período vários pensadores católicos humanistas, como Joseph Lebet (1897-1966), ligado ao movimento Econômico e Humanismo, vão influenciar a Ação Católica Brasileira. Com a ampliação da Ação Católica surge as ações pastorais específicas como a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1952, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com D. Helder Câmara como secretário Geral.

Uma nova Teologia passou a influenciar o trabalho com a formação dos pequenos grupos de reflexão, as Comunidades eclesiais de Base (CEBs), na perspectiva de apoio aos excluídos do processo de modernização do capitalismo³, seja no campo ou na cidade que se intensifica em meados do século XX.

³ Ver Chico de Oliveira, Moniz Bandeira. Cartéis e Desnacionalização. A experiência Brasileira: 1964-1974 3 ed. Civilização Brasileira, 1979.

A Comissão Pastoral da Terra emergiu na década de 1970, neste contexto, a partir das experiências de bispos, padres, pastores e leigos desenvolvidas ao longo da década de 1960 e, esta reorganizou os camponeses no meio rural a partir dos trabalhos da Pastoral Rural com as CEBs rurais, programas radiofônicos, etc.. A Igreja Católica e as pastorais vinculadas a ela vão desenvolver cursos de formação de lideranças para seminaristas, padres e leigos para assumirem os trabalhos nas pastorais, dar apoio as atividades de renovação sindical e aos movimentos sociais, sobretudo após o golpe de 1964.

Para Boff, ao longo desse processo, a Teologia da Libertação se apropria de instrumentos da sociologia e da história para encontrar os motivos da pobreza no Brasil e na América Latina.

Uma das conclusões encontradas foi a de que o grande culpado pela exploração foi, inicialmente a empresa colonial e, depois, pelo capitalismo que exporta a pobreza dos países centrais para a periferia.

Com isso, a Teologia da Libertação começa a se aproximar das teorias marxistas. Na leitura marxista surgida nos anos 1960, a luta de classes, o motor da história, não se restringia à esfera estrutural, em categorias estáticas de proletariado e burguesia, como entendia o marxismo ortodoxo. A luta de classes, para esse novo grupo, permeava todas as relações humanas socialmente construídas: as relações de gênero, as relações étnicas e a religião com suas instituições. (BOFF, 2001)

Nesta direção, de acordo com Gutierrez⁴, por meio do "método científico marxista", a Teologia da Libertação tornou-se um instrumento de pensar e analisar a realidade inspirado pelo cristianismo, na busca da realização do reino de Deus.

⁴ Gustavo Gutiérrez Merino nasceu em Lima - Perú - em 08 de junho de 1928. nace en Lima (Perú) el 8 de junio de 1928. Descendiente por vía materna de la etnia kechua, estudia la secundaria en el colegio de los Maristas de Lima. De salud precaria en su niñez, adolescencia y primera juventud, manifiesta muy pronto una gran sensibilidad por la poesía y la mística. Ingresa en la Facultad de Medicina de la Universidad Nacional de San Marcos de Lima, donde estudia del 1947 al 1950 pensando en alcanzar un día la especialidad de psiquiatría. Durante este período de tiempo es militante en la Acción Católica, hecho que le hace despertar una gran inquietud social. A los 24 años toma la decisión de ser sacerdote, entra en el seminario y abandona la formación sanitaria. Esta opción vocacional le va a llevar, por razón de estudios, a entrar en contacto con diversos países europeos, donde leerá y conocerá a los mejores teólogos del momento, muchos de los cuales, luego, iban a ser protagonistas, como peritos, en el concilio Vaticano II. Así, estudia filosofía en Lovaina, Bélgica(1951-1954); más tarde continúa estudios en la Facultad de Teología de Lyon, Francia (1955-1959), y, finalmente, en Roma, frecuenta la Universidad Gregoriana, donde obtiene la Licenciatura en Teología (1960). Disponível em <https://web.unican.es/campuscultural/Documents/Aula%20de%20estudios%20sobre%20religi%C3%B3n/2010-2011/CursoTeologiaGustavoGutierrez2010-2011.pdf>. Acesso em 03.10.2016.

Nesse contexto, a Teologia da Libertação teria atuado como uma ideologia (função restrita) a orientar a prática da Igreja na América Latina. Seu diferencial é a opção da Igreja pelos pobres e desvalidados, os excluídos do processo de modernização. Qual orientação/indicação na práxis política dos movimentos sociais desta Igreja quanto a Ditadura instaurada no Brasil em 1964?

Enquanto perspectiva mais ampla de análise para orientar nosso estudo, para compreendermos a atuação da CPT e sua ação ideológica e se esta assume uma **função ideológica** no movimento social, os estudos de Lukács sobre o caráter ontológico do pensamento de Marx são relevantes para a compreensão do fenômeno ideológico e influenciou as pesquisas de Vaisman (1999, 2010), Chasin (1995, 2009), Mészáros (1996) e Costa (2001).

Para a compreensão da ideologia e sua determinação no pensamento marxiano nos pautamos nos resultados das pesquisas destes estudiosos que nos auxiliaram no entendimento do que são as abstrações razoáveis na busca da compreensão do nosso objeto de investigação - a atuação da CPT -, que está no campo da ideologia religiosa em sua função restrita no âmbito das complexas relações entre pensamento e sociabilidade.

Em entrevista concedida à jornalista Cleidi Pereira, do jornal Zero Hora, Frei Betto representante da vertente teológica da Libertação brasileira que atua como intelectual orgânico dos movimentos sociais urbanos vai nessa direção, inclusive com o apoio aos militantes da luta armada em oposição ao regime militar. Para essa vertente, o direcionamento ideológico cristão por meio da Teologia da Libertação (e sua possível aproximação com o marxismo) contribuíram realmente para um processo de conscientização política dos integrantes destes movimentos quando passam a lutar por uma maior participação nas decisões políticas.

A minha geração era viciada em utopias. Estou convencido de que quanto mais utopia, menos drogas, e quanto menos utopias, mais drogas. Estudava filosofia no convento e antropologia na USP. Tudo isso me levou a esse envolvimento com a resistência à ditadura. Primeiro, através de manifestações estudantis e, depois, de apoio à luta armada - nunca peguei em armas. Mas dei apoio, principalmente, aos perseguidos, quando me transferi, no início de 1969, para o Rio Grande do Sul. Fui estudar teologia em São Leopoldo, e o Marighella (guerrilheiro Carlos Marighella) pediu que eu organizasse o esquema de fronteiras para permitir a saída de militantes perseguidos, na fronteira com Argentina e Uruguai. E assim o fiz, como está detalhadamente descrito no livro "Batismo de Sangue", que também virou filme. Me sinto muito

orgulhoso, apesar do custo pessoal que isso teve, em termos de quatro anos de prisão, mas valeu a pena. (FREI BETO, 2016)

Conforme entrevista concedida por Kirinus a autora, em 2012, pastor Luterano e 1º secretário da CPT no Paraná a Teologia da Libertação, assim como a renovação teológica da Igreja Luterana foram os carros chefes na orientação do trabalho desenvolvido no Oeste e Sudoeste no Paraná. Ele teve contato com esta Igreja mais engajada, participando inclusive de grupo organizado por Frei Beto para auxiliar os militantes identificados pelos órgãos de repressão quando era seminarista em São Leopoldo.

Desde o início dos anos 1960, estudantes universitários luteranos do interior envolveram-se na então muito ativa política estudantil de esquerda, sobretudo em Porto Alegre. Em entrevista concedida por Zwinglio Dias ao site da Presença Ecumênica e Serviço (Koinonia), devido a publicação de seu livro *Memórias Protestantes*, ao ser questionado sobre os protestantes teriam conhecimento sobre a participação de setores vinculados a ela no processo de luta pela democratização, afirma:

Posso afirmar, com segurança, que a maioria dos protestantes/evangélicos quase nada sabem a respeito. Isto por uma razão muito simples: a imensa maioria das igrejas evangélicas, conduzidas à época por representantes de seus setores mais conservadores, saudou o golpe civil-militar como uma “intervenção divina” para “salvar o Brasil do comunismo”. Do ponto de vista institucional a história do envolvimento de setores evangélicos, especialmente a juventude, na luta em favor da democracia, foi “varrida para baixo do tapete” e ocultada das novas gerações. A permanência, por cerca de duas décadas, de lideranças autoritárias no “comando” das igrejas não permitiu nem a circulação de notícias a respeito e muito menos a discussão livre sobre os acontecimentos sociopolíticos que marcaram esse período no país. (DIAS, 2014)⁵

Buscamos compreender os momentos importantes de inflexão da Igreja Católica por meio de intervenções de suas lideranças progressistas no cotidiano das lutas sociais nas décadas de 1970/1980, destaca-se que na Igreja Católica, a CNBB teve participação ativa como membro da chamada sociedade civil organizada em ações que visavam a redemocratização do País, como a

⁵ Disponível em (<http://www.koinonia.org.br/protestantes/produtos/memorias-ecumenicas/10/entrevista-com-zwinglio-dias-organizador-do-livro-memorias-ecumenicas-protestantes/>). Acesso em 18/02/2017.

denúncia de sequestros e torturas por meio dos manifestos de bispos devido as perseguições a partir de 1968, com a constituição da CPT e da Comissão Justiça e Paz.

Na Igreja Igreja Luterana houve cancelamento da V Assembleia Geral da Federação Luterana Mundial (FLM) que se realizaria em Porto Alegre (RS) e sua transferência para Evian (França) devido às pressões vindas do exterior em razão das denúncias de jornalistas, religiosos e intelectuais da violação aos direitos humanos. A partir deste fato, muda a posição oficial tomada pela IECLB frente aos direitos humanos com o “Manifesto de Curitiba”, carta redigida durante a realização do Sínodo em Curitiba, em 1970, que torna pública críticas ao governo Militar e que foi entregue ao presidente Médici.

Setores progressistas das Igrejas Católicas e Protestantes (Luterana e Presbiteriana) passam a denunciar os sequestros, as prisões e as torturas de membros que se posicionaram contrários as mazelas sociais resultantes da implantação de um modelo político-econômico excludente em vigência no campo, naquele período, como o trabalho realizado por D. Paulo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright que resultou no Livro Brasil Nunca Mais⁶ Paralelamente, surgiram ou se expandiram, adquirindo nova feição e importância, diversas formas ou agentes de organização correspondentes a essa nova consciência, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações de bairro e as pastorais. Em 1975, em Goiânia, foi realizado um encontro de bispos e prelados da Amazônia no qual aprovam um documento de apoio à criação de uma “Comissão de Terras”.

Sobre a atuação da Igreja de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) encontramos a dissertação de mestrado de Rolf Schunemann, *Do Gueto à participação: A emergência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960-1975*. Conforme este autor, a IECLB não ficou imune à crise sócio-econômico-política em que estava mergulhado o Brasil entre 1960 e 1975. De acordo com Schunemann (1989, p),

Ela (a IECLB) se constituía na maior Igreja do protentantismo histórico brasileiro, mas não representava nem 1% da população do país. Mesmo

⁶ O Projeto **Brasil: Nunca Mais** foi desenvolvido por Dom [Paulo Evaristo Arns](#), Rabino [Henry Sobel](#), Pastor [presbiteriano Jaime Wright](#) e equipe, foi realizado clandestinamente entre 1979 e 1985 durante o período final da [ditadura militar no Brasil](#), no ano de [1985](#), onde se sistematizou informações de mais de 1.000.000 de páginas contidas em 707 processos do [Superior Tribunal Militar](#) (STM) revelando a extensão da repressão política.

assim, como igreja minúscula, sua gradativa introdução nas questões sócio-políticas nacionais não pode ser negligenciada. Em especial, nas áreas em que a presença numérica foi sempre mais significativa, a saber, nos estados do Sul.

O que procuramos compreender ao longo da pesquisa é que mesmo com um número reduzido de luteranos no Brasil, sua atuação, sobretudo no Oeste do Paraná foi bastante significativa. SCHUNEMANN (1989) afirma que com relação à produção teológica na América Latina esta foi prejudicada pelas próprias limitações das discussões internas da Igreja Luterana, como a questão de ampliar seus círculos de pastores, ao permitir o ensino nas escolas e faculdades teológicas na língua nacional. O referencial teológico era europeu e não abarcava os problemas vividos pelos integrantes da Igreja Luterana no Brasil. Segundo Kirinus (2012) até o fim dos anos 1960, os professores nos seminários eram alemães e não falavam o português, exigindo que os alunos dos seminários tivessem fluência na língua alemã. Contudo, podemos destacar dois expoentes da Teologia da Libertação no protestantismo: Richard Shaull e Rubem Alves.

O relatório da Comissão da Verdade Nacional (CVN) revela a participação dos protestantes tanto como colaboracionistas quanto lutadores e vítimas da ditadura. Ademais, tivemos acesso ao *Projeto Marcas da Memória*, do Ministério da Justiça, que com o objetivo de dar visibilidade a atuação dos protestantes durante a ditadura publicou-se o livro organizado por Zwinglio Dias *Memórias Ecumênicas Protestantes: Os Protestantes e a Ditadura e o Documentário Muros e Pontes: memória Protetante na Ditadura, 2014*.⁷, documentos que serão analisados nos próximos capítulos.

Na Igreja Católica, as ideias do Concílio Vaticano II (1962-1965), do “Pacto das Catacumbas” (compromisso com os pobres, celebrado em Roma no final do Concílio por um grupo de bispos) e de Medellín (1968), vão ser postas em prática por bispos como Dom Helder Câmara e Dom Antônio Fragoso. Assim, temos uma nova teologia, a **Teologia da Libertação**, emergida na América Latina com os teólogos Gutierrez, José Comblin, D. Pedro Casaldáliga, Segundo Galiléia, Leonardo Boff, Frei Betto, entre outros, passa a influenciar religiosos e leigos mais sensibilizados com as questões sociais e críticos em relação aos governos militares.

⁷ O livro *Memórias Ecumênicas Protestantes: Os Protestantes e a Ditadura* está disponível no site <https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4>. E o documentário está disponível em http://www.koinonia.org.br/protestantes/baixe_o_livro. Acesso em 23/02/2017.

D. Pedro Casaldáliga, em uma Carta Pastoral que veio a público em 10 de outubro de 1971, expôs a situação precária dos povos na sua Prelazia, detalhando as condições de vida miseráveis materialmente e culturalmente de todos aqueles que habitavam a região amazônica e nomeando os representantes do capital que espoliavam os posseiros e povos indígenas. O então bispo e teólogo da Libertação explicita o processo de “cercamento” das terras habitadas por índios e posseiros, inclusive de vilas e povoados, a exploração do trabalho análogo à escravidão de peões nos grandes empreendimentos agropecuários e a violência cotidiana que estavam submetidos os trabalhadores. A Carta critica, também, o modelo de desenvolvimento a todo o custo que o governo federal financiava com renúncias fiscais em prol dos grandes investidores e conclui pela necessidade de uma reforma agrária em benefício dos excluídos deste processo:

Sentimos, por consciência, que também nós devemos cooperar para a desmistificação da propriedade privada. E que devemos urgir - com tantos outros homens sensibilizados - uma Reforma Agrária justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente, sem demoras exasperantes, sem intoleráveis camuflagens. "Cristo quer que bens e a terra tenham uma função social, e nenhum homem tem direito a possuir mais que o necessário, quando existem outros que nem sequer tem o necessário, quando existem outros que nem tem o necessário para viver. Por isso o Papa Paulo VI, disse: "A propriedade não é um direito absoluto e inalienável" (Popularum Progressio). (CASALDÁLIGA, 1971, p.29)

Um grupo de cerca de 10 bispos reunidos em torno de D. Helder Câmara, entre 1973 a 1975, discutiu a situação das terras na Amazônia, onde há muitas terras devolutas que são tradicionalmente cultivadas por agricultores familiares para a produção de feijão, arroz, mandioca e milho. Essas terras começam a despertar a cobiça de empresários e políticos, o que gera um clima crescente de violência em muitos pontos da região. (HOORNAERT, 2013)

Nas palavras de Hoornaert (2013)

Assim surge, no seio desse agrupamento episcopal, a ideia da criação de uma Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é apresentada a Dom Moacyr Grecchi, responsável pela linha missionária dentro da CNBB. O bispo aceita o desafio e em junho de 1975 nasce a CPT em Goiânia, tendo Dom Moacyr como presidente e Victor Asselin como secretário. Em poucos meses a CPT, originalmente pensada em função da Amazônia, ganha um caráter nacional, prova de que o problema da posse de terras existe em todo o território nacional.

Conforme Hoornaert (2013), por sugestão do padre Ernanne Pinheiro, o padre Victor faz o curso do Instituto Pastoral Latino-americano (IPLA) em Quito, no Equador, no ano 1973,

ocasião em que entra em contato com um grupo de professores comprometidos com a Teologia da Libertação, como Gustavo Gutiérrez, Enrique Dussel, José Comblin e Segundo Galileia. Victor Asselin aprende em Quito a interpretar a América latina de forma crítica e principalmente a perceber o "sistema de pecado" que a domina. Conforme entrevista dada em 2010, o padre Asselin relembra o curso no IPLA: "foi um momento decisivo em minha vida".

Ao retornar ao Maranhão, o padre Victor Asselin foi convidado pelo bispo Dom Motta a trabalhar com as **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)** e se tornou o primeiro coordenador dessas comunidades no Maranhão.

Como advogado [Victor], percebe com perspicácia as manobras jurídicas do sistema político vigente em relação à população camponesa, especialmente no que se refere a questões relacionadas à posse de terra. Essa sua capacidade em analisar o plano jurídico que domina o Maranhão começa a chamar a atenção de seus colegas. Assim, ele se aproxima de um grupo de uns dez bispos que costumam se reunir após as assembleias da CNBB em torno de Dom Helder Câmara, para estudar problemas urgentes existentes no país. (HOORNAERT, 2013)

De acordo com Hoornaert (2013), o padre Victor reuniu uma farta documentação que possuía sobre a grilagem no Maranhão e, principalmente na região de Carajás, em um livro intitulado *Grilagem, corrupção e violência em terras de Carajás* publicado, em 1982, pela editora Vozes. Nesse livro, ele sustenta a tese de que os casos de violência no campo que aparecem nos jornais e na TV como acontecimentos isolados na realidade são decorrentes de uma política planejada e de um sistema de exploração do povo camponês. Com respaldo em sua formação em Direito, Victor afirma que os responsáveis pelo Estado do Maranhão conseguem conferir um cunho legal à grilagem por meio de ações da Justiça Federal. Efetivamente, inquéritos administrativos e dados da Polícia Federal provam que milhares de hectares de terras devolutas foram transferidos para mãos privadas (empresários e políticos) mediante resoluções jurídicas. O livro tem a repercussão de uma "bomba" no mundo político maranhense, em plena época da ditadura militar.

Assim, também diversas outras ações e reflexões surgiram a partir de pessoas vinculadas à Igreja por toda a latino América, motivada pela "opção pelos pobres". Esse ideário foi difundido e praticado por muitos teólogos que, no Brasil, desenvolveram um trabalho inspirados no Vaticano II.

Paralelamente, emergiram e se expandiram diversas formas ou agentes de organização correspondentes a essa nova consciência crítica, influenciados pela **Teologia da Libertação**, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações e as pastorais. Para D. Balduino:

Teologia é um conhecimento de Deus, um mistério de Deus; da abertura de Deus aqui com os homens e as mulheres. Trata-se de uma teologia que vai analisar a caminhada de Deus e vai encontrar o tempo todo a libertação. Desde o êxodo até a ressurreição é isso, é esse encontro. É a fundamentação teológica da linha da libertação. O fato de, por exemplo, [Karl] Marx ter ido por um caminho semelhante na análise sociológica não impede que haja Teologia da Libertação, até utilizando argumentos dele. Então, o pessoal se fechou [igreja católica] achando que era outra coisa. Não é. Isso é muita estreiteza, inclusive no conhecimento de Deus. (LIMA, 2012, p.04)

Como vimos, e a partir da iniciativa de religiosos como Pe. Victor Asselin, Ivo Poletto, D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino, D. Antonio Fragoso, entre outros, que resulta a fundação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, em Goiânia, em evento que proporcionou o encontro entre bispos e prelados da Amazônia, no qual aprovaram um documento de apoio à criação de uma “Comissão de Terras”. Entre as motivações para fundar a CPT, encontrava-se a necessidade de proteger os religiosos e os lavradores da violência praticada pelos agentes de Estado e representantes do capital agrário, em conflitos que, muitas vezes, terminava em mortes. De acordo com relato de D. Tomás Balduino:

A CPT nasceu de um processo conflitivo. Os bispos estavam achando que os militares “estavam dando” em cima dos padres que acompanham os lavradores. Porque na proposta do golpe de 1964 estava, como prioridade, enfrentar os camponeses. Eles [militares] acompanhavam todos aqueles conflitos que estavam acontecendo. E achavam que, através de alguns lavradores, muitos camponeses entrariam no comunismo internacional. Então foram em cima dos lavradores, mas também dos padres e freiras que só estavam acompanhando eles, por meio de um trabalho religioso. Aí o bispo se sensibilizou. Eles foram presos, ameaçados. Então nos reunimos e nasceu a Comissão Pastoral da Terra com uma proposta samaritana, de socorrer aqueles perseguidos [no caso, os religiosos], e mesmo os caídos, que eram os trabalhadores rurais. De imediato, a Pastoral da Terra foi cuidar de padres, freiras, e dos próprios lavradores. (LIMA, 2012, p.3).

Conforme o relato de D. Balduino, a repressão chega aos membros da Igreja. Vários bispos são presos, sequestrados, torturados, sofrem ameaças de expulsão do país, sobretudo

aqueles ligados direta ou indiretamente as lutas de trabalhadores, gerando conflitos entre Estado e Igreja no final da década de 1960.

Assim é que no Brasil, nos anos 1970/1980, a atuação no espaço da igreja, por parte de grupos progressistas possibilita o engajamento das lutas cotidianas, mobiliza ações coletivas como fundação de sindicatos, associações e partidos.

Os atores sociais vinculados à Teologia da Libertação receberam influência do marxismo no Brasil. Que marxismo seria este? Conforme análise de Mainwaring, após a terrível derrota sofrida entre 1968 e 1974, partes significativas da esquerda rejeitaram o vanguardismo e passaram a se preocupar mais com as liberdades civis básicas. Entre o início da década de 1970 e, aproximadamente, 1978, havia uma aliança sem precedentes entre a Igreja popular e a esquerda marxista, que tradicionalmente considerava-a como uma de suas inimigas (MAINWARING, 2004, p. 224). Isso explicaria a possível radicalização de alguns movimentos sociais a partir da contribuição dos estudos da sociologia e economia Latino Americana, como as da Teoria da Dependência.

Em entrevista concedida a MONCAU, publicada na “Revista Brasil de Fato”, Frei Beto afirma que as comunidades católicas e a Teologia da Libertação serão influenciadas pela opção pelos pobres realizada pela Igreja Católica.

Nos anos 1960 e 1980 a Igreja Católica, renovada pelo Concílio Vaticano II e pela conferência episcopal latino-americana em Medellín (1968), teve papel preponderante nas lutas sociais na América Latina. Através das Comunidades Eclesiais de Base e do advento da Teologia da Libertação, decorrentes da "opção pelos pobres", muitos militantes foram formados pela Igreja segundo o método Paulo Freire. Em países sob ditadura, como Brasil e Nicarágua, essa formação resultou em opção revolucionária. Diria que, de certo modo, as eleições recentes de Lula, Correa, Evo, Funes e outros têm a ver com esse processo pastoral. (MONCAU, 2012)

Por outro lado, nos anos 1980 a nova teologia acirrou conflitos internos. Vários segmentos vinculados à Teologia da Libertação, inclusive a CPT, sofreram intensa crítica por parte da hierarquia da Igreja, num processo em que foram silenciados e isolados, sofreram críticas dos órgãos de imprensa de grande circulação, como o "Estado de São Paulo", além de serem alvos da repressão e violência praticadas por instituições e grupos vinculados ao regime militar.

Com relação ao recuo na Igreja Católica, em documento da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, denominado “Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação”, de agosto de 1984, afirma-se:

A presente Instrução tem uma finalidade mais precisa e mais limitada: quer chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis, para os desvios e perigos de desvio, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas da teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista. (RATZINGER, 1984)

A Instrução indicada acima é representativa do movimento de reação conservadora por parte da cúpula da Igreja, a partir de orientação direta do papa João Paulo II (1920-2005) que, juntamente com o então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Joseph Ratzinger (depois papa Bento XVI) – “[...] varreu do mapa brasileiro, aos poucos, os líderes do movimento progressista, dentro do espírito da cruzada anticomunista que levou aos quatro cantos do planeta.” (VEJAonline). João Paulo II, assim como Bento XVI, tratou de combater toda e qualquer associação entre a doutrina católica e alguma ideologia política progressista. Deve-se considerar o fato de João Paulo II ser originário da Polônia, país de maioria católica no qual o poder político do Estado estava nas mãos do Partido Comunista. João Paulo II assume o papado a partir de uma formação marcada pelo combate ao PC polonês e tudo que ele supunha estar vinculado ideologicamente às frentes de esquerda, principalmente na Igreja.

O Vaticano substituiu bispos e líderes brasileiros e lançou uma série de críticas formais à Teologia da Libertação, com a busca deliberada do seu esvaziamento enquanto fonte de influência na Igreja. Em sua dissolução, pesou também a redemocratização do país, aliada ao fim do "socialismo real" no Leste Europeu. No entanto, alguns de seus membros ainda hoje estão ativos. E com a mudança do papado, com a renúncia de Bento XVI e a eleição do papa Francisco, setores vinculados a Teologia da Libertação retomam expectativas positivas com relação a uma Igreja voltada para a “opção pelos pobres” (BOFF, 2013).⁸

⁸ Entrevista de Leonardo Boff concedida À mesa com Valor: Suplemento Eu & Fim de Semana, julho/ 2013, ano 14, n.663, p.12-16.